

Educação Financeira: Reflexão, Princípios e Organização

Erico Tadeu Xavier¹

Resumo: O aumento do endividamento e da inadimplência chama a atenção para a necessidade de se promover a educação financeira. Nesta pesquisa, o objetivo é refletir sobre alguns princípios que podem auxiliar na organização da vida financeira das pessoas mediante a obtenção de conhecimentos que possibilitem modificar hábitos e comportamentos para uma melhor gestão dos recursos financeiros. Mediante o método de revisão bibliográfica, se propõe a analisar a importância da educação financeira para a gestão dos recursos financeiros. A pesquisa chama a atenção para a necessidade de buscar conhecimentos relacionados com as finanças pessoais e familiares, com o intuito de mudar comportamentos quanto ao uso do dinheiro. A gestão dos recursos financeiros requer que a pessoa realize um planejamento financeiro pessoal ou familiar e se baseie em conhecimentos de números e de questões financeiras para aprender a controlar seus ganhos e gastos mensais, fazendo planos para pagamento de dívidas e de poupança e investimentos, tendo como base uma conduta moral e ética. O planejamento financeiro e o conhecimento sobre o mercado financeiro podem promover mudanças que resultam em melhoria na qualidade de vida, diminuindo estresse e preocupações, por meio de escolhas conscientes sobre o uso do dinheiro.

Palavras-chave: Educação financeira; Planejamento; Gestão.

Editor Científico: **Eduardo Cavalcante Oliveira Santos**
Organização Comitê Científico
Double Blind Review pelo SEER/OJS
Recebido: 07/05/2022
Aprovado: 16/08/2022

Como citar: XAVIER, E. T. Educação Financeira: Reflexão, Princípios e Organização. **Kerygma**, Engenheiro coelho (SP), v. 17, n. 1, p. e01507, 2022. DOI: <https://10.19141/1809-2454.kerygma.v17.n1.pe01507>

¹ Doutor em ciência da religião pela Atlantic International University - AI, Estados Unidos da América, e em teologia pelo South African Theological Seminary. Professor no Seminário Latino-Americano de Teologia do Instituto Adventista Paranaense (IAP), Ivatuba, PR. E-mail: etxacademic@gmail.com.



Financial Education: Reflection, Principles and Organization

Abstract: The increase in indebtedness and default draws attention to the need to promote financial education. In this research, the objective is to reflect on some principles that can help in the organization of people's financial lives by obtaining knowledge that makes it possible to modify habits and behaviors for a better management of financial resources. Through the method of bibliographic review, it is proposed to analyze the importance of financial education for the management of financial resources. The research draws attention to the need to seek knowledge related to personal and family finances, in order to change behaviors regarding the use of money. The management of financial resources requires the person to carry out a personal or family financial plan and to be based on knowledge of numbers and financial matters to learn to control their monthly income and expenses, making plans for debt repayment and savings and investments, having as a basis for moral and ethical conduct. Financial planning and knowledge about the financial market can promote changes that result in an improvement in the quality of life, reducing stress and worries, through conscious choices about the use of money.

Keywords: Financial education; Planning; Management.

Introdução

A má administração dos recursos financeiros tem sido apontada como um fator contribuinte para situações de estresse que afetam a qualidade de vida das pessoas, os relacionamentos, o *status* social, dentre outros aspectos, em razão do desequilíbrio na vida financeira, pessoal, familiar e social. A falta de conhecimento sobre a gestão do dinheiro, aliada à facilidade de obter crédito através de diversas fontes, são fatores de desestabilização das finanças pessoais e familiares.

Conforme pesquisa da Confederação nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), houve um crescimento significativo de famílias endividadas ou inadimplentes nos últimos dez anos. Os dados mais recentes, de 2021 e 2022, mostram um aumento de 10% no número de famílias endividadas — de 67,5% em abril de 2021 para 77,5% em março de 2022. A inadimplência chegou a 28,6% na década, e o percentual registrado em março de 2022 foi de 27,8%. O cartão de crédito é apontado como o



principal motivador dessa situação, com 88,8% das famílias apresentando dívidas nessa modalidade financeira (ABDALA, 2022).

Informações do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC BRASIL, 2018) revelam que cerca de 57% da população brasileira está em situação de endividamento ou inadimplência e que a população jovem está entre os que apresentam esse comportamento, justificado pela falta de organização, consumismo, inexperiência com a gestão financeira pessoal, facilidade de obter crédito, entre outros aspectos.

Em vista desse contexto é possível observar a necessidade de que a população brasileira tenha acesso a um conhecimento mais adequado sobre como gerir suas finanças pessoais e familiares. Essa observação respalda o trabalho aqui apresentado, que trata da importância da educação financeira na atualidade.

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre alguns princípios que podem auxiliar na organização da vida financeira das pessoas mediante a obtenção de conhecimentos que possibilitem modificar hábitos e comportamentos para uma melhor gestão dos recursos financeiros.

Educação Financeira

A educação financeira reflete, basicamente, a capacidade de o indivíduo compreender questões relacionadas com as finanças para poder gerenciar bem seus recursos. O dinheiro é um elemento arraigado na sociedade e associado ao sucesso, competência, bem-estar, bem como ao acesso a serviços de saúde, lazer, educação, cultura, entre outros fatores. Saber, portanto, como gerir as finanças é algo que precisa fazer parte da vida das pessoas, atualmente.

Para esclarecer o que é educação financeira recorre-se à explicação de Jacob, Hudson e Bush (2000 *apud* SANTOS *et al.*, 2018) sobre os termos. Para eles o termo “financeira” envolve questões e atividades relativas ao uso do dinheiro, a quantificação de itens; o termo “educação” a ele associado abrange o conhecimento e controle de números, do orçamento, dos gastos e dos investimentos.

A educação financeira pode ser definida como um “processo em que um indivíduo busca conhecimento para lidar com o dinheiro de forma mais consciente e inteligente”,



convertendo esse conhecimento em ações e em um comportamento prático que o leve a fazer melhor uso de seu dinheiro (OLIVO, 2018, p. 1).

Conforme Domingos (2012), a educação financeira promove o conhecimento necessário para que a pessoa possa administrar seus recursos financeiros promovendo a mudança de hábitos e costumes adquiridos com relação à gestão das finanças pessoais ou familiares. O autor considera que o conhecimento financeiro traz muitas vantagens, já que é essencial para que a pessoa aprenda a gerir receitas e despesas, promovendo os ajustes necessários para que estas possam ser equilibradas. O conhecimento, aliado às mudanças promovidas pela pessoa, pode resultar em melhoria na sua qualidade de vida, diminuindo estresse e preocupações.

A educação financeira possibilita à pessoa se tornar mais qualificada a tomar decisões sobre o que fazer com seu dinheiro. Dentre essas qualificações possibilita à pessoa aprender sobre economia, controle de gastos, aplicações e investimentos, avaliar riscos e oportunidades, planejar sua vida e seu futuro.

Nesse sentido, a educação financeira apresenta muitos benefícios para a pessoa, auxiliando na conscientização sobre a necessidade de controlar suas finanças para alcançar maiores recompensas pessoais e financeiras. Conforme Olivo (2018), a pessoa que se educa financeiramente contribui não apenas para si mesma, mas para toda a sociedade, já que, ao aprender a controlar suas receitas e despesas, o índice de inadimplência diminui, os empresários podem comercializar seus produtos com maior segurança e a pessoa pode fazer uso de seu dinheiro em outras atividades diferentes das que lhe são comuns, como viagens, cursos, capacitação pessoal, empreendedorismo e outros.

Segundo Santos *et al.* (2018), educar-se financeiramente pode auxiliar no bem-estar das pessoas contribuindo para sua estabilidade financeira, assim como, a ausência dessa educação traz consequências como o inadimplemento, que resulta em falta de credibilidade perante o mercado financeiro com inclusão do nome em sistemas como o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e SERASA (Centralização de Serviços dos Bancos). O acúmulo de dívidas e a falta de equilíbrio na vida financeira estão relacionados, em grande medida, à falta da educação financeira. A falta de controle com as finanças revela questões culturais, pois grande parte da população não foi ensinada a controlar gastos ou poupar, estando habituados a usar o dinheiro sem um planejamento específico. De igual forma,



questões relacionadas com educação financeira e empreendedorismo são pouco tratadas nas escolas e universidades.

A educação financeira é restringida a poucas famílias que têm acesso a esse tipo de conhecimento. Conforme pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC BRASIL, 2018), mesmo entre os que fazem um planejamento financeiro, a maioria aprendeu por si mesma a gerir o próprio dinheiro, e apenas 34% dos entrevistados aprendeu com suas famílias. Cerca de 15% recorreram a cursos ou buscaram especialistas para aprenderem a administrar suas finanças. Mesmo entre os que fazem um controle adequado das contas observa-se que os pequenos gastos cotidianos nem sempre são planejados e quando os gastos ultrapassam o rendimento mensal, muitos acabam fazendo uso do cartão de crédito ou recorrem a empréstimos, o que pode levar ao endividamento e inadimplência.

As situações consequentes da falta de conhecimento sobre gestão do dinheiro, principalmente o endividamento e a inadimplência, levou o governo brasileiro a promover políticas de educação financeira, a exemplo da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a qual visa alcançar um número diversificado de pessoas, especialmente estudantes das escolas. O ENEF foi instituído através do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, com o propósito de promover a educação financeira e fortalecer a cidadania mediante a tomada de decisões conscientes sobre o uso das finanças, de modo a contribuir também para a eficiência e solidez do Sistema Financeiro Nacional.

O ENEF incentiva parcerias de conteúdo e formação que alcançam diversos públicos e grupos sociodemográficos, direcionado a homens, mulheres, jovens, idosos especialmente públicos mais vulneráveis, como analfabetos e pessoas de baixa renda, com pouco ou nenhum uso do sistema financeiro, bem como capacitação e formação de professores em Educação Financeira, cujos objetivos são a melhora do aprendizado e a compreensão e controle dos recursos financeiros dos participantes. Em junho de 2020 foi instituída a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira mediante o decreto nº 10.393, o qual inseriu medidas digitais de educação financeira para tornar acessível o conhecimento mesmo em época de pandemia (FERRAZ, 2021).

No entanto, Santos *et al.* (2018) chama a atenção para o fato de que, no Brasil, o sistema educacional não tem se preocupado com a transmissão de conhecimento financeiro, embora este seja um tema importante no dia a dia da população. A educação



financeira não tem sido inserida como disciplina regular, apesar de o conhecimento sobre o assunto ser relevante à formação do indivíduo, pois auxilia na reflexão sobre as responsabilidades pessoais e sociais, na administração dos recursos pessoais e familiares, no desenvolvimento do espírito empreendedor e na busca de qualidade de vida e estabilidade financeira, adequadas aos ganhos obtidos. A falta de uma disciplina específica nas instituições de ensino restringe informações importantes às crianças, aos jovens e às famílias contribuindo para que estes continuem a ser analfabetos financeiros.

A importância da educação financeira, portanto, é salientada com maior ênfase na atualidade, até mesmo pelo governo, em vista do aumento da inadimplência e da constatação de que a maioria das pessoas não possui um conhecimento adequado a respeito de como usar seu dinheiro, o que requer que se contribua com a divulgação desse conhecimento e se possibilite o acesso a ele.

Princípios de Educação Financeira

A educação financeira contém alguns princípios que devem ser seguidos para se obter um bom conhecimento. Nesse sentido, a seguir são apontados alguns aspectos considerados essenciais a uma boa gestão financeira pessoal e familiar.

Planejamento Financeiro Pessoal

Na temática da educação financeira se discute a importância de administrar bem o dinheiro, sendo oportunizado o conhecimento de como ganhar, gastar, poupar/investir e consumir os recursos financeiros de forma consciente. A gestão pessoal desses recursos se baseia no planejamento financeiro o qual consiste em realizar um controle pessoal dos ganhos e dos gastos, estabelecendo prioridades e direcionando os gastos pessoais ou familiares. Nesse sentido, o planejamento financeiro é um dos primeiros princípios que deve ser adotado para melhorar a gestão do dinheiro, quer no aspecto individual quer no contexto familiar.

Conforme Santos *et al.* (2018), o planejamento financeiro pode ser definido como o processo de gerenciar recursos para alcançar objetivos que satisfazem aspirações pessoais, como a independência financeira e a conquista de sonhos. Planejar as finanças



auxilia a pessoa a formar um patrimônio e direciona o acúmulo de bens e valores estrategicamente, orienta os gastos e os futuros investimentos.

O planejamento financeiro estratégico pode ser feito para curto, médio e longo prazo. Conforme destaca Domingos (2012), o planejamento facilita o consumo consciente e contribui para que os objetivos da vida sejam alcançados, já que a pessoa pode trabalhar com o capital que possui com maior assertividade.

Planejar o uso dos recursos é essencial para a saúde financeira e a realização de sonhos. O planejamento financeiro pessoal, no entanto, pode ser algo difícil em razão da necessidade de conhecer mais profundamente questões de economia, de gestão, e outros aspectos que remetem à administração do dinheiro.

O planejamento financeiro pessoal não é algo que a maioria das pessoas realiza em seu cotidiano, como revela a pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), cujos dados afirmam que seis em cada 10 brasileiros não realizam o controle de sua vida financeira, o que equivale a 58% da população. O uso de cartão de crédito, cheque especial ou empréstimos para complementar os pagamentos mensais é comum entre essa população, sendo mais perceptível entre os jovens. Muitos costumam recorrer ao crédito para complementação de renda (SOUZA, 2018).

Um dos motivos por que as pessoas não realizam um planejamento financeiro é a percepção de que isso requer muito esforço, muita disciplina e muita informação. O fato de pensar que planejar o uso dos recursos, fazer um orçamento e manter o controle sobre as despesas dá muito trabalho é um fator cultural que precisa ser enfrentado, já que a consequência da falta de um bom planejamento financeiro é o endividamento e a consequente inadimplência e restrição ao crédito. Uma vida financeira equilibrada produz satisfação e tranquilidade, porém, muitas pessoas não fazem ou não conseguem seguir o planejamento, especialmente os de baixa renda, como demonstrado na pesquisa referida (SOUZA, 2018).

O planejamento financeiro é considerado de suma importância para as famílias que querem uma vida com qualidade e com uma base adequada para os filhos. Conforme Rosa (2021), tomar consciência dos gastos para controlar despesas e evitar o acúmulo de dívidas requer disciplina e organização familiar. Muitas famílias não têm o hábito de criar planilhas de gastos para controlar as entradas e saídas, e perdem a noção de seus



recursos, passando a gastar mais do que ganham, o que as torna vulneráveis em momentos de crise financeira.

Por isso, a gestão das finanças e o autoconhecimento sobre seus hábitos relacionados ao uso do dinheiro são importantes aspectos a serem buscados para que as pessoas obtenham melhor controle sobre seus gastos ou investimentos, de modo que não venham a comprometer de forma negativa seu futuro.

Conforme Santos *et al.* (2018), a falta de conhecimento sobre finanças, bem como de um bom planejamento financeiro, pode acarretar gastos desnecessários e a impossibilidade de a pessoa obter uma reserva financeira ou um investimento para o futuro. Muitos apresentam dificuldades financeiras e acabam recorrendo a instituições financeiras que colocam à disposição de seus clientes valores a juros, créditos estes que nem sempre são devidamente analisados pelo tomador do crédito. A decisão de comprar ou de emprestar dinheiro de maneira ilusória ou equivocada, sem considerar os juros, o tempo para pagamento e os recebimentos mensais contribuem para o endividamento e a inadimplência.

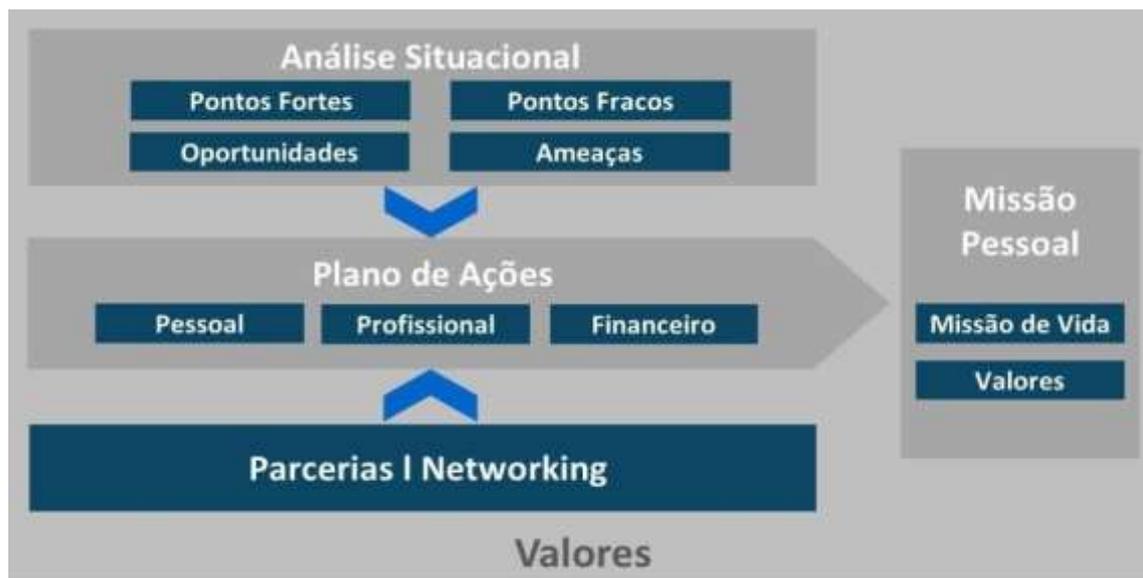
De acordo com Ferraz (2021), o planejamento financeiro tem grande importância para a gestão financeira pessoal. Ele propicia melhor controle no impulso de compras permitindo avaliar o que é realmente necessário e possível comprar no momento; maior visão dos custos financeiros possibilitando analisar as taxas de juros e os custos financeiros operacionais; permite avaliar as vantagens e desvantagens de se realizar empréstimos e financiamentos a curto, médio e longo prazos; e facilita a elaboração de planilhas mediante o conhecimento de ferramentas de controle financeiro pessoal e familiar, que envolvem matemática e finanças.

Uma das ferramentas utilizadas para elaboração do planejamento financeiro pessoal é a técnica de análise SWOT (do inglês *Strengths* = força; *Opportunities* = oportunidades; *Weaknesses* = fraquezas; e *Threats* = ameaças). A técnica SWOT possibilita avaliar questões relacionadas à compreensão de si mesmo sobre o uso das finanças, analisar oportunidades e ameaças do ambiente externo, estabelecer uma visão de longo prazo sobre o que se quer alcançar, estabelecer metas e planejar o uso dentro de prazos preestabelecidos, com possibilidade de ajustes. A análise da estrutura do plano financeiro possibilita que a pessoa conheça aspectos internos de sua vida que contribuem para que o mesmo consiga ou não controlar seus gastos e compreenda seus limites pessoais. Ao

analisar o ambiente externo a pessoa pode considerar situações sobre as quais não tem controle e que podem interferir no seu orçamento. Nesse sentido, quanto mais detalhado o planejamento for, melhor será o controle das receitas e despesas (RIBEIRO, 2016).

Na figura abaixo é possível avaliar com mais clareza a estrutura do planejamento financeiro conforme a análise SWOT.

Figura 1 — Estrutura do Planejamento Estratégico Pessoal.



Fonte: Ribeiro (2016).

Como visto, o planejamento financeiro possibilita cumprir ações no plano pessoal, profissional e financeiro, e isso requer também o conhecimento de alguns aspectos que facilitem a gestão de seus recursos financeiros, como o conhecimento de matemática e finanças.

Conhecimento de Matemática e Finanças

O uso do dinheiro envolve conhecer números e saber interpretá-los. Conforme Souza (2018), a familiaridade com a matemática e conhecimento sobre números torna o controle das finanças mais fácil, já que o conhecimento dessas informações é necessário para o controle da vida financeira e a tomada de decisões.

No entanto, pesquisa do SPC Brasil e do CNDL (citados anteriormente) demonstram que apenas 19% das pessoas não costumam prestar atenção a questões que envolvem números, especialmente homens e os mais jovens. O pagamento de juros



também não costuma ser calculado por boa parte dos entrevistados (39%) e muitos realizam novas compras parceladas sem avaliar se já possuem outras prestações a pagar e que já comprometem o orçamento mensal. Para Souza (2018), é importante conhecer os juros que incidem sobre as compras ou financiamentos e avaliar o custo-benefício de se pagar algo a prestações.

A compra por impulso, ou sem análise dos juros ou do orçamento pessoal/familiar, é considerada um dos motivos que levam ao endividamento e à inadimplência. Saber avaliar os números envolvidos nas compras e manter-se dentro do orçamento é um fator que precisa fazer parte do planejamento pessoal, de modo que a pessoa possa resistir às promoções, comprando o que está planejado ou que se adapte realmente ao plano. Claudino *et al.* (2009) afirma que é necessário a atenção às taxas de juros cobradas no mercado, principalmente àquelas embutidas nas prestações e nos diversos tipos de crédito oferecidos aos clientes, como: empréstimo pessoal, cheque especial, cartão de crédito, entre outros.

O conhecimento sobre números e finanças é apresentado por especialistas na área com o intuito de facilitar a compreensão e a gestão do dinheiro pessoal e fugir do endividamento. Para Claudino *et al.* (2009), a educação financeira facilita a compreensão da leitura e da interpretação dos números para transformá-los em informação relevante ao planejamento financeiro e o uso das finanças pessoais e familiares. Mediante esse conhecimento as pessoas se preparam para acumular ativos, buscar uma renda adequada e planejar seus orçamentos e seu futuro.

Nessa perspectiva de obter informações sobre como gerir suas finanças, as pessoas precisam dominar um amplo conjunto de informações, principalmente as relacionadas com a dinâmica dos juros compostos, o funcionamento da economia e do sistema financeiro. A educação financeira, nesse sentido, possibilita ir além do controle de gastos, inserindo a pessoa no universo da poupança e do investimento.

Poupar/Investir

O conhecimento financeiro, aliado ao planejamento financeiro pessoal, possibilita o controle e a gestão do dinheiro para além dos gastos mensais, permitindo o aprendizado do poupar e do investir.



Segundo Domingos (2012), poupar não é igual a investir. Poupar significa reter, guardar dinheiro, enquanto investir tem a ver com direcionar o dinheiro poupado a algum tipo de investimento, como exemplo: caderneta de poupança, CDB, ações e outros. Poupar tem a ver com o sonho da pessoa, e é para alcançar esse sonho que o investimento será escolhido. O dinheiro poupado pode ser direcionado para a independência financeira, para a compra de um produto ou de uma moradia, para viver com estabilidade na velhice, entre outros motivos.

Poupar não significa não gastar em hipótese alguma. Poupar é também não desperdiçar, não perder, gastar com moderação e saber comprar [...]. Cada desperdício seu no dia a dia representa dezenas, centenas, milhares e milhões de reais jogados fora – dinheiro que poderia ser empregado na realização dos seus sonhos e na concretização da tão sonhada saúde financeira. (DOMINGOS, 2012, p. 94).

Poupar para investir é um negócio crescente nos últimos anos. O investimento em poupança é simples e gera menores riscos quanto à perda financeira, mas outras modalidades de investimento têm alcançado preferência entre os que sonham em obter melhoria financeira apesar dos riscos envolvidos. As diferentes modalidades de investimentos se dividem em renda fixa e variável. A poupança, CDB e fundos são investimentos previsíveis, e os investimentos variáveis são os que apresentam mais riscos, como o mercado de ações e imóveis, por exemplo, mas podem tornar os objetivos mais facilmente alcançáveis a longo prazo.

Contudo, Claudino *et al.* (2009) chama a atenção para a necessidade de se realizar uma análise adequada do mercado financeiro e entender que o conceito de investimento é muito mais amplo. As decisões sobre investimentos devem ser embasadas no conhecimento sobre o assunto, sobre os riscos que o tipo de aplicação escolhida apresenta, sobre as possibilidades de perda e de ganho.

Valores Morais e Éticos

A boa gestão do dinheiro também requer que a pessoa utilize seus recursos de maneira ética e moral. Nos ensinamentos de Cristo sobre o dinheiro ou algo relacionado a este são muitas as histórias que envolvem transações financeiras ou de troca que são



exemplos de como as pessoas devem ou não usar esses recursos. O dinheiro pode ser usado para boas causas, como no caso da viúva pobre elogiada por Cristo por oferecer tudo que possuía para a causa de Deus (Lc 21:1-4), para corrigir erros cometidos, como no caso de Zaqueu, que restituiu valores cobrados a mais (Lc 19:1-10); mas também pode ser objeto de troca ou uso imoral ou antiético, como na traição de Judas por 30 moedas de prata (Mt 27:3-5), na troca de direitos por benefícios (Gn 25:27-34), ou ainda no apego às riquezas em detrimento de valores (Mt 19:16-22), em vida dissoluta (Lc 15:13) ou em fraudes (Lc 16:1).

Nessa perspectiva, a educação financeira também deve contemplar o conhecimento de si mesmo em relação ao uso moral e ético do dinheiro. O dinheiro ganho honestamente dignifica o homem e, no universo cristão, ganhar dinheiro não é pecado, pois o próprio Deus dá força para que o homem adquira riquezas (Dt 8:18). Contudo, Ele se importa com o que fazemos com as finanças e como administramos o rendimento pessoal e familiar, assim como adquirimos as rendas.

O dinheiro deve ser usado de forma sensata, sem ser desperdiçado (Mt 25:23), administrado com objetivos de servir não somente aos desejos egoístas da pessoa, mas em prol da família, da sociedade e da igreja. Somos mordomos de tudo na vida, incluindo o dinheiro (1 Co 10:31). Nesse sentido, White (1973, p. 370), comenta que a “beneficência constante e abnegada é o remédio que Deus propõe [...]” ao egoísmo e cobiça. Os cristãos, e aqueles que querem viver de forma moral e ética, portanto, devem prestar mais atenção à questão financeira e sua gestão.

A esse respeito vale também avaliar o que Domingos (2012, p. 96), ensina sobre a gestão consciente do dinheiro, quando diz que “a responsabilidade em relação ao que fazemos nesta vida está diretamente ligada ao grau de consciência que temos de nossos atos”.

Sugestões Práticas para Educação Financeira

Administrar a vida e as finanças é uma arte que precisa ser aprendida, já que alguns apresentam habilidades naturais, mas muitos possuem maior dificuldade. White (1973, p. 392), afirma que muitas famílias gastam seu dinheiro logo que o recebem, assim empobrecendo e se endividando. “Uma pessoa não deve dirigir seus negócios de molde a



incorrer em dívida [...]. quando alguém se envolve com dívidas, caiu na rede que Satanás prepara para as almas”.

Para evitar o endividamento e aprender a planejar melhor sua vida financeira, sugerem-se algumas ações com vistas a mudar hábitos e aprender a educar-se financeiramente.

- a) Viva de acordo com os seus ganhos. O padrão de vida depende de quanto você pode pagar por ele. Não gaste além do que ganha, isso evitará estresse, brigas familiares, problemas com o SPC;
- b) Corte os excessos. Muitas despesas podem ser eliminadas, produtos podem ser adquiridos em momento oportuno;
- c) Quite seus débitos o mais rapidamente possível e não contraia novas dívidas. Algumas vezes o simples cortar de excessos e viver dentro do orçamento basta para quitar os débitos. Se possível venda algo para sair do endividamento. Se tiver prestações, evite fazer outras compras até quitar essas dívidas;
- d) Evite usar o cartão de crédito e assumam uma postura anticonsumista. A impulsividade deve ser controlada para poder viver dentro do orçamento;
- e) Procure poupar e compre a vista. Comprar a vista pode trazer benefícios e lucro, evitando o consumismo desenfreado e o endividamento. Economize uma quantia mensal para poder usar quando necessitar;
- f) Evite contrair financiamentos, pedir empréstimos, ficar à mercê de bancos. Crédito fácil e rápido pode trazer sérias preocupações posteriores. Os juros podem representar um gasto maior que o benefício imediato. Cuidado ao assinar documentos que podem ter seus bens alienados;
- g) Seja fiel às suas convicções morais e religiosas. Seu trabalho e sua renda não pertencem somente a você. Ao realizar seu planejamento, lembre de que você faz parte de uma comunidade e sua fidelidade ao dízimo e às ofertas são a resposta de um coração agradecido a Deus pelo que você possui e a maneira pela qual pode espalhar o Evangelho ao mundo;
- h) Se conseguir poupar um pouco a cada mês, busque investimentos que lhe permitam alcançar seus objetivos com segurança.



Basicamente, a educação financeira propicia um planejamento adequado dos ganhos e das despesas pessoais e familiares, possibilitando a organização do dinheiro e antecipando possíveis variáveis, dando maior estabilidade financeira e maior qualidade de vida.

Considerações Finais

A procura por maior conhecimento sobre como gerir as finanças tem aumentado atualmente, o que demonstra a relevância da educação financeira nos espaços acadêmicos, religiosos, sociais, para que mais pessoas possam ter acesso a como administrar seus recursos e modificar seus hábitos e comportamentos.

A educação financeira tem como objetivo melhorar o planejamento e a compreensão sobre finanças, contribuindo para o desenvolvimento do mercado e da economia. Por isso, se mostra uma alternativa adequada a ser apresentada às pessoas em diferentes situações, destacando-se o ensino nas instituições educacionais tradicionais e específicas, de forma didática, clara e reflexiva. O conhecimento sobre como administrar os recursos financeiros vai além da construção de um planejamento pessoal; requer que a pessoa avalie e reflita sobre seus hábitos e comportamentos adquiridos no passado, analise seu estado presente e busque soluções para seu futuro que possam promover estabilidade financeira.

Dessa maneira, a educação financeira aborda o consumo consciente, possibilitando o alcance de objetivos mediante a adequação da renda ao sonho da pessoa. Por meio de um controle adequado do dinheiro e o conhecimento sobre questões financeiras a pessoa poderá administrar seus recursos fazendo escolhas conscientes o que poderá resultar em uma vida com maior qualidade para si, para as famílias e para a sociedade.

Referências

ABDALA, V. Percentuais de endividados e inadimplentes são os maiores em 12 anos. **Agência Brasil** online, 02 maio 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2022-05/percentuais-de-endividados-e-inadimplentes-sao-os-maiores-em-12-anos>. Acesso em: 21 jul. 2022.



CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; OLIVEIRA, A. R.; CAMPOS, O. V. Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. **XVI Congresso Brasileiro de Custos**. Fortaleza, CE, Brasil, 03-05 nov. 2009. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029>. Acesso em 25 jul. 2022.

DOMINGOS, R. **Terapia financeira**. São Paulo: DSOP, 2012.

FERRAZ, J. C. **A educação financeira e sua importância na gestão financeira pessoal**. IFPR, 2021. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/TCC-JC3Jessika-Ferraz-final.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

OLIVO, R. L. F. Educação Financeira: o que é, importância e dicas. **FIA Business School**, 2018. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/educacao-financeira/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

RIBEIRO, A. **Planejamento estratégico pessoal: você tem o seu?** 2016. Disponível em: <https://endeavor.org.br/desenvolvimento-pessoal/planejamento-estrategico-pessoal/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ROSA, S. S. A importância da educação financeira para aumento de eficiência no planejamento e controle de finanças pessoais. **Administração de Empresas em Revista**, v. 3, n. 25, 2021. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/5211/371373584>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SANTOS, F. A. C.; SILVEIRA JUNIOR, L. F.; TORRES, K. A.; SILVEIRA, A. C. Educação financeira: como os futuros administradores gerenciam seus recursos? **XV SEGeT**, 30-31/10 e 01/11, 2018. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos18/25826303.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SPC BRASIL. **SPC: índices econômicos**. Serviço de Proteção ao Crédito, Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/releases>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SOUZA, L. Pesquisa revela que 58% dos brasileiros não se dedicam às próprias finanças. **Agência Brasil**, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-03/pesquisa-revela-que-58-dos-brasileiros-nao-se-dedicam-proprias-financas>. Acesso em: 21 jul. 2022.

WHITE, E. G. **O lar adventista**. Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1973.